

10000

---

000000

PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA  
ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM PREFERÊNCIA, DA  
NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A., FIRMADA

ENTRE

NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

---

DATADA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006

---

---



PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA  
ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM PREFERÊNCIA DA  
NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.

Por este instrumento particular, de um lado, como emissora,

NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Verbo Divino, nº 1.356, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.108.786/0001-65, doravante designada simplesmente ("Emissora"), devidamente representada na forma do seu Estatuto Social; e

e, de outro lado, como agente fiduciário,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 6ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes";

CONSIDERANDO que:

- (A) houve a conclusão do procedimento de *bookbuilding* conduzido pelos Coordenadores (conforme definido abaixo) e que a taxa da Remuneração (conforme definido abaixo) das Debêntures foi aprovada pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada em 18 de dezembro de 2006; e
- (B) não houve emissão de Debêntures suplementares, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03, ou de Debêntures adicionais, termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM nº 400/03;

vêm por esta e na melhor forma de direito aditar e consolidar a "Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie sem Garantia nem Preferência da Net Serviços de Comunicação S.A.", de acordo com as cláusulas e condições abaixo dispostas, substituindo integralmente a "Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie sem Garantia nem Preferência da Net Serviços de Comunicação S.A.", datada de 1º de dezembro de 2006.

"CLÁUSULA I:  
AUTORIZAÇÃO

- 1.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações (a) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 23 de outubro de 2006, pela qual foram aprovados (i) o registro do primeiro programa de distribuição de valores mobiliários, no valor de até R\$ 900.000.000,00 ("Programa de Distribuição"), nos termos do artigo 11 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, ("Instrução CVM 400"); e (ii) a emissão, pela Emissora, nos termos do Programa de Distribuição, de 58.000 (cinquenta e oito mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie sem garantia nem preferência, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula 4.1 abaixo, para distribuição pública ("Emissão" ou "Oferta") perfazendo o montante total de R\$ 580.000.000,00 (quinhentos e oitenta milhões de reais) ("Debêntures"), constituindo a 6ª emissão de debêntures da Emissora e a primeira ao amparo do Programa de Distribuição; e (b) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 18 de dezembro de 2006, pela qual foram aprovados (i) alterações e acréscimos à Escritura de Emissão em atenção às solicitações da CVM, constantes do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-2/Nº 2707/2006; (ii) a redução do spread, conforme procedimento de *bookbuilding*; e (iii) a consolidação da Escritura de Emissão (individualmente, "RCA" ou, em conjunto, as "RCAs").

CLÁUSULA II  
REQUISITOS

- 2.1 REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, ANBID E OUTROS
- 2.1.1 A Oferta será registrada (i) na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma prevista na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), na Instrução CVM 400, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e (ii) na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), nos termos do Código de Auto-Regulação ANBID para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBID").
- 2.1.2 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário através do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas

políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro — ANDIMA ("ANDIMA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP.

- 2.1.3 As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) através do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema de Negociação BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

## 2.2 ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATA DA RCA

- 2.2.1 A ata da RCA que aprovou o Programa de Distribuição e a Emissão foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), sob o nº306.381/06-0, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 15 de novembro de 2006, e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, em 16 de novembro de 2006, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

- 2.2.2 A ata que aprovou a redução do *spread* nos termos da Cláusula 4.9.3 abaixo, será devidamente arquivada na JUCESP, e publicada no jornal "Valor Econômico", edição nacional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

## 2.3 ARQUIVAMENTO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

- 2.3.1 Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

# CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA 6ª EMISSÃO

## 3.1 MONTANTE TOTAL E NÚMERO DA EMISSÃO

- 3.1.1 O montante total da Emissão será de R\$ 580.000.000,00, na Data de Emissão.

- 3.1.2 Essa é a 6ª emissão de Debêntures da Emissora e a primeira ao amparo do Programa de Distribuição.

## 3.2 QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E SÉRIES

- 3.2.1 Serão emitidas 58.000 Debêntures, em uma única série.

### 3.3 DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 3.3.1 Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão destinados para o pagamento das dívidas financeiras da Emissora, conforme descrito nos Prospectos (conforme definido abaixo).

### 3.4 LIMITE DA EMISSÃO

- 3.4.1 A Emissão atende aos limites previstos no *caput* do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social integralizado da Emissora é superior ao saldo devedor das debêntures de emissão da Emissora em circulação, acrescido do valor da Emissão que é de R\$627.000.000,00.

### 3.5 COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

- 3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com a anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo investidores pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e outros investidores considerados institucionais ou qualificados.
- 3.5.2 A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo (conforme definido abaixo), nos termos da Instrução CVM nº 400.

### 3.6 BANCO MANDATÁRIO E ESCRITURADOR

- 3.6.1 O Banco Bradesco S.A. será o banco mandatário da Emissora perante as entidades administradoras de mercado secundário para negociação das Debêntures e também a instituição escrituradora das Debêntures ("Banco Mandatário e Escriturador").

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1 DATA DE EMISSÃO

4.1.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de dezembro de 2006 ("Data de Emissão").

4.2 FORMA DE SUBSCRIÇÃO E PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO

4.2.1 As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 4.3.1 abaixo) acrescido da Remuneração (conforme definida na Cláusula 4.9.2 abaixo), sendo a Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, inclusive, até a data da efetiva integralização, exclusive.

4.2.2 As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, segundo os critérios de liquidação financeira do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

4.3 VALOR NOMINAL DAS DEBÊNTURES

4.3.1 O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4 DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

4.4.1 No mercado primário, as Debêntures serão registradas para distribuição no SDT, administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados na CETIP.

4.4.2 No mercado secundário, as Debêntures serão admitidas à negociação (i) no SND, administrado pela ANDIMA sendo os negócios liquidados na CETIP; e (ii) no BOVESPAFIX, sendo os negócios liquidados na CBLC segundo suas normas e procedimentos. As Debêntures submeter-se-ão às regras e controles de compensação e liquidação da CETIP ou da CBLC, conforme o caso.

4.5 TIPO/CONVERSIBILIDADE

4.5.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações.

4.6 ESPÉCIE

4.6.1 As Debêntures são da espécie sem garantia nem preferência (quirografária).

4.7 FORMA

4.7.1 As Debêntures são da forma nominativa e escritural.

4.7.2 Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o relatório de posição de ativos expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela

custódia desses títulos quando depositados na CETIP. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

#### 4.8 PRAZO E VENCIMENTO

- 4.8.1 O prazo das Debêntures é de 7 anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 1º de dezembro de 2013 ("Data de Vencimento").
- 4.8.2 Na Data de Vencimento, a Emissora procederá ao pagamento integral, em uma única parcela, das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário ainda não amortizado nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* a partir da última Data de Pagamento de Remuneração, inclusive, conforme definido na Cláusula 4.10.1 abaixo, até a data do efetivo pagamento, exclusive.

#### 4.9 ATUALIZAÇÃO E REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

- 4.9.1 O Valor Nominal Unitário não será atualizado.
- 4.9.2 A partir da Data de Emissão, as Debêntures renderão juros, correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página de *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida, observada a fórmula constante da Cláusula 4.9.6 abaixo, de um *spread* de 0,70% (sete décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ainda não amortizado nos termos desta Escritura de Emissão, a partir da Data de Emissão e a última data de pagamento de remuneração coincidindo com a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.9.4 abaixo ("Remuneração").
- 4.9.3 O *spread* mencionado na Cláusula 4.9.2 acima foi reduzido, no processo de *bookbuilding*, o que ensejou o aditamento da presente Escritura de Emissão para refletir o novo *spread*.
- 4.9.4 Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período em questão, exclusive ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos

semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo a última Data de Pagamento de Remuneração a Data de Vencimento das Debêntures.

4.9.5 As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.9.6 O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

*J* = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

*VNe* = Valor Nominal Unitário não amortizado da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

*Fator Juros* = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Onde:

*Fator DI* = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + TDI_k]$$

*MM* 9



onde:

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;

$TDI_k$  = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

$DI_k$  = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$d_k$  = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI, sendo " $d_k$ " um número inteiro (a taxa DI é válida por um dia útil);

Fator Spread= corresponde ao spread de juros fixos, calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{Fator Spread} = \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]$$

onde:

spread = 0,70, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

$N$  = número de dias representativo do spread, sendo calculado baseado em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;

$n$  = o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Observações:

(a) O fator resultante da expressão  $[1 + TDI_k]$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + TDI_k]$  sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(c) Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

4.9.7 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *spread*, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.9.8 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será utilizada em substituição à Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais apurada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

4.9.9 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa Selic quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa Selic conhecida, acrescida do *spread*, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa Selic respectiva.

4.9.10 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa Selic por prazo superior a 30 dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa Selic") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa

Selic, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula VII abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa Selic ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa Selic o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniária previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa Selic conhecida.

4.9.11 Caso a Taxa Selic venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa Selic, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.9.12 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 7.10 abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa Selic será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa Selic conhecida; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar integralmente a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento e as amortizações originalmente programadas das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade

do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.10.1 abaixo, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma Taxa Substitutiya definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia de Debenturistas, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.

#### 4.10 DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.10.1 O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o último pagamento em 1º de dezembro de 2013 (cada uma dessas datas uma "Data de Pagamento de Remuneração").

#### 4.11 AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

4.11.1 Respeitados os termos da Cláusula 4.13.3 abaixo, as Debêntures serão objeto de amortização programada de modo que o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado nas seguintes datas: 1º de dezembro de 2010, 1º de dezembro de 2011, 1º de dezembro de 2012 e 1º de dezembro de 2013, comprometendo-se a Emissora a liquidar, com a última parcela de amortização programada, todas as obrigações financeiras devidas aos Debenturistas decorrentes desta Escritura de Emissão. O valor de cada uma das parcelas de amortização será equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário indicado na Cláusula 4.3.1 acima.

#### 4.12 REPACTUAÇÃO

4.12.1 As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

#### 4.13 AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

4.13.1 A Emissora poderá amortizar extraordinariamente as Debêntures, a qualquer momento, mediante publicação de "Aviso aos Debenturistas", com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis da data para pagamento da amortização.

4.13.2 A amortização extraordinária poderá ser total ou parcial, sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura de Emissão, na data da referida amortização, acrescido (i) da Remuneração devida calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data da respectiva amortização, exclusive; e (ii) de prêmio percentual apurado de

acordo com a fórmula descrita abaixo, calculado sobre o valor da referida amortização ("Prêmio"):

Prêmio (%) =  $P \times (DD / TDC)$ , onde:

$P = 0,50\%$  (cinquenta centésimos por cento)

DD = é o número de dias corridos a decorrer até a Data de Vencimento, inclusive, contados da data estipulada para a respectiva amortização extraordinária.

TDC = 2.557 (dois mil, quinhentos e cinquenta e sete) dias corridos desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento.

4.13.3 O valor de qualquer amortização parcial extraordinária reduzirá de forma proporcional todas as parcelas vincendas de amortização.

#### 4.14 RESGATE ANTECIPADO

4.14.1 Exceto conforme previsto nessa Escritura de Emissão, as Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas ao resgate antecipado pela Emissora.

#### 4.15 AQUISIÇÃO FACULTATIVA

4.15.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo segundo, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

#### 4.16 VENCIMENTO ANTECIPADO

4.16.1 Observado o disposto nas Cláusulas 4.16.3.1 e 4.16.3.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação

judicial do referido plano, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, formulado pela Emissora, ou por qualquer de suas Subsidiárias (conforme definido abaixo), diretas ou indiretas;

- (b) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora ou de qualquer de suas Subsidiárias, diretas ou indiretas, ressalvadas as operações de incorporação, fusão, extinção, liquidação ou dissolução das Subsidiárias, diretas ou indiretas, da Emissora realizadas para fins de reestruturação societária, nas quais os bens e ativos remanescentes sejam integralmente detidos pela Emissora ou por suas Subsidiárias, diretas ou indiretas;
- (c) falta de pagamento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, nas respectivas datas de vencimento, não sanadas no prazo de 2 (dois) dias úteis contados das respectivas datas de vencimento;
- (d) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária relacionada à Emissão assumida nesta Escritura de Emissão, salvo se, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias úteis da data do recebimento pela Emissora de notificação a ser obrigatoriamente enviada pelo Agente Fiduciário, tal descumprimento for sanado;
- (e) alteração, direta ou indireta, do Controle (conforme definido na Cláusula 4.16.2 abaixo) da Emissora que não resulte na Globo Comunicação e Participações S.A. e/ou suas Afiliadas; ou a Telefônos de México, S.A. de C.V. e/ou suas Afiliadas; ou ambos, como controladores (direta ou indiretamente) da Emissora;
- (f) término, extinção ou transferência da autorização da Emissora ou de qualquer de suas Subsidiárias para a exploração de serviços de televisão a cabo, desde que afete de forma adversa e relevante a condição financeira e o resultado da Emissora, representado por uma redução de 10% (dez por cento) ou mais na receita consolidada da Emissora nos últimos 12 (doze) meses;
- (g) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora ou de qualquer de suas Subsidiárias em valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, valor que será atualizado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M"), a partir da Data de Emissão ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que vier a substituí-lo;

- (h) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que, na condição de garantidora, ou de qualquer de suas Subsidiárias, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, valor que será atualizado anualmente pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que vier a substituí-lo, salvo se (i) no prazo de 5 (cinco) dias úteis a Emissora tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro, (ii) for cancelado, (iii) for pago, ou ainda (iv) tiver a sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
- (i) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora ou qualquer de suas Subsidiárias, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, valor que será atualizado anualmente pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que vier a substituí-lo, desde que a Emissora, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a partir do referido pagamento, não comprove ao Agente Fiduciário o pagamento do referido valor total nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva;
- (j) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou de qualquer informação constante do prospecto preliminar do Programa de Distribuição e respectivo suplemento (em conjunto, "Prospecto Preliminar") que não tenham sido sanadas no prospecto definitivo do Programa de Distribuição e respectivo suplemento (em conjunto, "Prospecto Definitivo" e, juntamente com o Prospecto Preliminar "Prospectos") e no Prospecto Definitivo, sobre qualquer aspecto material e relevante dos negócios, atividades ou condição financeira da Emissora e suas Subsidiárias, em conjunto;
- (k) cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Emissora por outra Sociedade, salvo se a incorporadora ou a sociedade resultante for uma Afiliada da Emissora, da Globo Comunicação e Participações S.A. ou da Telefônos de México, S.A. de C.V., ou de ambas sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.25 abaixo;
- (l) redução de capital da Emissora e/ou recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento, exceto se tal redução de capital da Emissora e/ou a recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento forem previamente autorizadas pelos Debenturistas,



nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

- (m) deliberação ou distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, prevista no Estatuto Social da Emissora, se estiver em mora com as obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 26 do Estatuto Social da Emissora em vigor nesta data;
- (n) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros da totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora que possa afetar de forma adversa e relevante a condição financeira e resultado da Emissora, representada por uma redução de 10% (dez por cento) ou mais na receita consolidada da Emissora nos últimos 12 (doze) meses anteriores à respectiva transferência, cessão ou promessa de cessão;
- (o) não-manutenção, até a Data de Vencimento, e desde que haja Debêntures em Circulação, dos seguintes índices e limites, a serem apurados no último dia de cada trimestre tomando-se por base os últimos 12 (doze) meses anteriores à respectiva data de apuração:
  - (i) o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser igual ou superior a 2,5;
  - (ii) o índice obtido da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pelas Despesas Líquida de Juros Consolidada (conforme definido abaixo) deverá ser igual ou superior a 1,5;e
- (p) transformação da Emissora de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei n.º 6.404/76.

4.16.2 Para fins desta Escritura de Emissão os termos elencados abaixo têm o significado aqui a eles determinados:

"Dívida Líquida Consolidada" significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos, debêntures, ou garantias de dívidas de terceiros que tenham sido contraídas pela Emissora, que tenham correção por algum indexador ou taxa de juros, diminuído das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações de liquidez imediata, ou aplicações de curto prazo e títulos e valores mobiliários), conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.



"EBITDA" significa, para qualquer período, o lucro (prejuízo) líquido do período acrescido das despesas de imposto de renda e contribuição social, das participações em controladas e coligadas, das despesas (receitas) financeiras líquidas, das despesas (receitas) não operacionais líquidas, da participação de acionistas minoritários e das despesas com depreciações e amortizações, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

"Despesa Líquida de Juros Consolidada" significa, em relação a qualquer período, a soma, sem duplicação, de: (a) despesas de juros da Emissora, acumuladas e pagas ou exigíveis em dinheiro em tal período, conforme determinado de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, menos (b) a receita proveniente de juros da Emissora, acumulada e recebida ou a receber em dinheiro durante tal período, considerada de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil.

"Sociedade", significa, qualquer indivíduo, corporação, companhia, sociedade limitada, associação voluntária, sociedade, *joint venture*, truste, autarquia, organização sem personalidade jurídica ou governo (ou qualquer agência, setor, ou subdivisão política dos mesmos) ou outra entidade de qualquer natureza.

"Subsidiárias", significa aquelas relacionadas no Anexo I a esta Escritura de Emissão.

"Afilhada" significa qualquer Sociedade que, direta ou indiretamente, controla, é controlada ou está sob o Controle comum, direto ou indireto, com relação à Sociedade em referência, sendo certo que essa definição de Afilhada, conforme o caso, também se aplica às demais cláusulas desta Escritura de Emissão.

"Controle" significa o poder de gerir os negócios de uma Sociedade, direta ou indiretamente, seja pela propriedade de ações ou direito a voto, por direito assegurado contratualmente ou por qualquer outra forma.

4.16.3 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b), (c) e (f) da Cláusula 4.16.1 acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. As debêntures resgatadas em virtude do vencimento antecipado deverão ser canceladas.

4.16.3.1 Na ocorrência de qualquer dos demais eventos indicados na Cláusula 4.16.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da

ocorrência de qualquer dos referidos eventos, a Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto abaixo e o *quorum* específico estabelecido na Cláusula abaixo. A Assembleia de Debenturistas aqui tratada deverá se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que na hipótese de segunda convocação o respectivo edital deverá ser publicado no primeiro dia útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembleia de Debenturistas nos termos da primeira convocação.

4.16.3.2. A Assembleia de Debenturistas a que se refere a Cláusula 4.16.3.1 acima poderá, por deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

4.16.4 Não se realizando a Assembleia de Debenturistas conforme disposto na Cláusula 4.16.3.1 acima no prazo de até 30 (trinta) dias contado da convocação, não havendo sua convocação ou não havendo deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, salvo se por suspensão da Assembleia de Debenturistas, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se a partir de então o disposto na Cláusula 4.17 abaixo.

4.16.5 Para os fins das alíneas (a) e (b) da Cláusula 4.16.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

#### 4.17 PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.17.1 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.16 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos detentores das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5

(cinco) dias úteis contados de comunicação ~~nessa sentida a ser enviada~~ pelo Agente Fiduciário à Emissora de acordo com o disposto na Cláusula IX abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na ~~Cláusula 4.20.1 abaixo~~ ~~4.16 acima~~, ~~incidirá~~ desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados.

#### 4.18 LOCAL DE PAGAMENTO

4.18.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (a) (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX, ou (b) no caso de titulares de Debêntures que não estiverem vinculados a tais sistemas pelo Banco Mandatário e Escriturador, mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas.

#### 4.19 PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.19.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

4.19.2 Na hipótese de pagamentos efetuados conforme os procedimentos adotados pela CETIP, haverá prorrogação do prazo, nos termos do *caput*, apenas quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.20 ENCARGOS MORATÓRIOS

4.20.1 Ocorrendo impontualidade da Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata* de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 4.21 DECADÊNCIA DO DIREITO AOS ACRÉSCIMOS

4.21.1 O não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no

recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.22 PUBLICIDADE

4.22.1 O Anúncio de Início, o anúncio de encerramento da Oferta ("Anúncio de Encerramento"), o aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM n.º 400 ("Aviso ao Mercado") e eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, assim como todos os atos e decisões relativos às Debêntures, os quais deverão ser comunicados na forma de aviso, serão publicados no jornal "Valor Econômico" e divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores ([www.netservicos.com.br](http://www.netservicos.com.br)), devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor e na Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação do aviso. A Emissora poderá alterar os jornais acima por outros jornais de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e publicação de aviso nos jornais a serem substituídos.

#### 4.23 FUNDO DE MANUTENÇÃO DE LIQUIDEZ E ESTABILIZAÇÃO

4.23.1 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

#### 4.24 IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.24.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária.

#### 4.25 RESGATE DAS DEBÊNTURES EM CASO INCORPORAÇÃO, FUSÃO OU CISÃO

4.25.1 Nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, a Emissora poderá ser objeto de operações de incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas, se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das atas de assembléias relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares.

4.25.2 Os Debenturistas que optarem por ter suas Debêntures resgatadas nos termos desta Cláusula deverão manifestar sua intenção, por escrito, à

Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, na forma da Cláusula IX abaixo, sendo que todas as etapas do processo de eventual resgate por parte dos Debenturistas serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá necessidade de aditamento desta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

- 4.25.3 Em até 5 (cinco) dias contados do aviso enviado nos termos da Cláusula anterior, a Emissora deverá promover o resgate das Debêntures detidas pelo Debenturista notificante, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo resgate, exclusive, observado o disposto no artigo 55, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações.
- 4.25.4 O resgate das Debêntures objeto da notificação especificada na Cláusula 4.25.3 acima dar-se-á (i) por meio de operação de compra e venda definitiva, conforme o regulamento de operações do SND, no mercado secundário, em relação às Debêntures registradas no SND, ou (ii) de acordo com os procedimentos especificados pela CBLC (os quais deverão ser seguidos pelos Agentes de Custódia na CBLC), em relação às Debêntures registradas no BOVESPAFIX e custodiadas na CBLC.

#### CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1 A Emissora obriga-se a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
- (i) com a maior brevidade possível, qualquer informação razoável, incluindo, mas não se limitando, àquelas relativas a matéria contábil, que venha a lhe ser solicitada, por escrito, para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
  - (ii) as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 4.22 acima, na mesma data em que forem publicadas;
  - (iii) informação a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos mencionados na Cláusula 4.16 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário

declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;

- (iv) cópia de suas demonstrações financeiras anuais completas, na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
  - (v) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos do término de cada exercício social, no caso do cálculo dos índices quando do término de cada exercício social, e dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos do término de cada trimestre social, no caso do cálculo dos índices quando do término de cada trimestre, relatório revisado pelos auditores independentes, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices financeiros previstos na alínea (o) da Cláusula 4.16.1 acima, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração de tais índices financeiros, bem como declaração da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes na alínea (o) da Cláusula 4.16.1 acima;
  - (vi) cópia de suas informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, na mesma data em que forem entregues à CVM e, dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs) e, até 30 de abril de cada ano, cópia de suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e
  - (vii) informação sobre qualquer descumprimento de obrigação pecuniária cujo valor devido e não pago, individualmente ou em série de operações, exceda R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) valor este que será atualizado anualmente pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que vier a substituí-lo;
- (b) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM e disponibilizar ao Agente Fiduciário as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
  - (c) convocar, nos termos da Cláusula VII, Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;



- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM, observada a legislação aplicável, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas na forma exigida pela CVM;
- (e) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observado, se for o caso, o disposto na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2001, sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique no descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (f) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (g) preparar, em conjunto com a instituição líder da distribuição pública das Debêntures, todos os documentos necessários à obtenção do registro da Emissão perante a CVM;
- (h) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Escriturador e Agente Fiduciário, além do SND e do BOVESPAFIX;
- (i) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e permitir ao Agente Fiduciário acesso a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora;
- (j) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (k) conduzir todas as operações com partes relacionadas de acordo com os padrões éticos que norteiam tais negócios;
- (l) manter atendimento adequado aos Debenturistas para assegurar-lhes tratamento eficiente e para prestar esclarecimentos ou informações aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário a respeito de suas demonstrações financeiras, sua contabilidade, seus ativos e suas operações;
- (m) manter contratada agência classificadora de risco para atualização do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até a Data

de Vencimento, amortização ou resgate total das Debêntures, devendo (i) manter anualmente atualizada a classificação de risco, (ii) divulgar ou permitir que a agência divulgue relatório com a súmula da classificação de risco; (iii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento; e (iv) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;

- (n) encaminhar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior;
- (o) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas pela Emissora, conforme descritas nos Prospectos; e
- (p) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme previsto nesta Escritura de Emissão.

5.2 A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovadamente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2.1 As despesas a que se refere a Cláusula 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas de viagem, quando necessárias ao desempenho de suas funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.2 O crédito do Agente Fiduciário por despesas razoáveis e comprovadas, incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma das Cláusulas 5.2 e



5.2.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

- 5.2.3 O ressarcimento das despesas será efetuado em até 10 (dez) dias úteis da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

CLÁUSULA VI  
AGENTE FIDUCIÁRIO

- 6.1 A Emissora nomeia e constitui a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como agente fiduciário da Emissão, que, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da legislação e regulamentação aplicável e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.
- 6.2 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:
- (a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
  - (b) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
  - (c) sob as penas da lei, não estar impedido, nos termos do artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM nº 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
  - (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
  - (e) que é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
  - (f) que está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (g) que os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições; e
- (j) ter verificado os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.
- 6.3 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a liquidação final das Debêntures.
- 6.4 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão:
- (a) parcelas anuais de R\$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da Escritura de Emissão, e os seguintes na mesma data dos anos posteriores;
- (b) as parcelas da remuneração serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração excetuando-se o Imposto sobre a Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (c) as parcelas dispostas na alínea (a) acima serão atualizadas anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, a partir da data do primeiro pagamento, ou, na falta deste, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão;

- (d) a remuneração prevista na alínea (a) será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora;
- (e) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, conforme previsto na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura de Emissão, ressarcidas pela Emissora, observado o disposto na Cláusula 5.2.3 acima. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, nos termos desta Escritura de Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas serão igualmente submetidas à aprovação e, se for o caso, suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;
- (f) a remuneração do Agente Fiduciário compreende a elaboração de um relatório anual, na forma estipulada na Instrução CVM nº 28;
- (g) não estão incluídas na remuneração as eventuais despesas relativas a viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ser acordadas previamente com a Emissora; e
- (h) a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma das Cláusulas 5.2, 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3 acima.

6.5. São deveres do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de que qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas e defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos jornais indicados na Cláusula 4.22.1 acima;
- (k) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora, principalmente aqueles descritos na alínea (o) da Cláusula 4.16.1 acima;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) resgate, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período;
  - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (vii) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
  - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e
  - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar no exercício da função de Agente Fiduciário;
- (m) colocar o relatório de que trata a Cláusula anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado;
  - (iii) na CVM;
  - (iv) nas Bolsas de Valores e mercados de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora; e

- (v) nas dependências da instituição financeira que liderar a colocação das Debêntures, conforme por esta indicado;
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos jornais indicados na Cláusula 4.22.1 acima, anúncios comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (m) acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário e Escriturador, ao SND e ao BOVESPAFIX, que ficam desde já autorizados pela Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, a prestá-las ao Agente Fiduciário, independentemente de aviso ou consulta prévia à Emissora;
- (p) coordenar o sorteio das Debêntures em caso de resgate ou amortização parcial;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplência, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores ou mercado de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora. Caso não seja possível notificar individualmente os Debenturistas, o Agente Fiduciário fará publicar a comunicação de que trata esta alínea nos jornais e na forma indicada na Cláusula 4.22.1 acima; e
- (s) fazer cumprir o disposto na alínea (m) da Cláusula 5.1 acima, encaminhando as atualizações da classificação de risco ali previstas à ANBID no prazo de até 15 dias contados da sua veiculação.
- 6.6 Observado o disposto na Cláusula 4.16 acima, no caso de inadimplência da Emissora, o Agente Fiduciário adotará todas as medidas (judiciais ou extrajudiciais) para proteger direitos ou defender interesses da comunhão dos Debenturistas, devendo, para tanto:
- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures na forma e nas hipóteses permitidas nesta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;

- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
  - (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
  - (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.
- 6.6.1 Observado o disposto na Cláusula 4.16.3 e 4.16.4 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá de responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), e (c) da Cláusula 6.6 acima se, convocada a Assembléia de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese de que trata a alínea (d) da Cláusula 6.6 acima, será suficiente a deliberação por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.
- 6.7 Na hipótese de ausência, impedimento temporário, renúncia, liquidação, dissolução, extinção ou qualquer outro caso de vacância na função de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior a ora avençada para o Agente Fiduciário.
- 6.7.1 Na hipótese do Agente Fiduciário, por circunstâncias posteriores à Emissão, ficar impedido de continuar a exercer a função, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas e pedir sua substituição.
- 6.7.2 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim e mediante o voto afirmativo dos detentores de mais da metade das Debêntures em Circulação.
- 6.7.3 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos



os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia de Debenturistas.

- 6.7.4 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e às normas aplicáveis.
- 6.7.5 A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, será objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura de Emissão.
- 6.7.6 Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.
- 6.7.7 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, este deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento da remuneração prevista na Cláusula 6.4 acima até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.

#### CLÁUSULA VII ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 7.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 7.2 A Assembléia de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
- 7.3 A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 7.4 Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembleia geral de acionistas.



- 7.5 As Assembléias de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia de Debenturistas em primeira convocação.
- 7.6 Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembléia de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures.
- 7.7 Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture em Circulação dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em leis ou na presente Escritura de Emissão.
- 7.8 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembléia de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembléia de Debenturistas.
- 7.9 A Assembléia de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.
- 7.10 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures desta Emissão, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de Sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora, ou controladoras, direta ou indiretamente, da Emissora, bem como as Debêntures detidas pelos administradores da Emissora.
- 7.11 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias dos Debenturistas.
- 7.12 A presidência da Assembléia de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures presentes à Assembléia ou àquele que for designado pela CVM.
- 7.13 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

- 7.14 Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração e/ou Prazos de Vencimento, Amortização das Debêntures, nesta Cláusula e nas cláusulas de vencimento antecipado deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Alterações a qualquer *quorum* de deliberação previsto nesta Escritura de Emissão, sobre uma determinada matéria, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem o *quorum* de deliberação previsto nesta Escritura de Emissão para referida matéria.
- 7.15 Sem prejuízo do *quorum* de 85% (oitenta e cinco por cento) previsto na Cláusula acima, na hipótese de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 30 (trinta) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação de índice, taxa ou fator componente da Remuneração, o *quorum* necessário para definição da nova Remuneração aplicável às Debêntures deverá ser composto por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação.

#### CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

- 8.1 A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário que na data da assinatura desta Escritura de Emissão:
- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;
  - (b) com exceção da Jonquil Ventures Limited, que é uma sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis das Ilhas Virgens Britânicas, cada uma das demais Subsidiárias da Emissora é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
  - (c) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
  - (d) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (e) exceto conforme divulgado nos Prospectos, a celebração desta Escritura de Emissão a realização da Emissão e a colocação das Debêntures (A) não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora ou qualquer uma de suas Subsidiárias sejam partes; e (B); nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, (iii) violação de qualquer julgamento, sentença, decisão, administrativa ou decreto de qualquer entidade governamental, órgão público ou tribunal que tenha jurisdição sobre a Emissora ou sobre seus bens e ativos, ou (iv) na criação de nenhum ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de suas Subsidiárias, exceto por aquelas disposições legais, contratos, instrumentos, julgamentos, sentenças, decisões ou ônus, cujo vencimento antecipado, rescisão, violação ou criação não possam causar um Efeito Adverso Relevante. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Efeito Adverso Relevante" significa (i) qualquer alteração adversa e relevante na situação econômica, financeira ou operacional ou nas receitas e negócios da Emissora e das Subsidiárias, em conjunto, e (ii) qualquer mudança que afete a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (f) exceto conforme divulgado nos Prospectos, a Emissora e cada uma das suas Subsidiárias, nesta data, detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais encontram-se válidas e em pleno efeito;
- (g) a Emissora e cada uma de suas Subsidiárias cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados, ou aquelas cujo descumprimento não possa causar Efeito Adverso Relevante;
- (h) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2003, de 31 de dezembro de 2004, de 31 de dezembro de 2005, de 30 de setembro de 2005 e 30 de setembro de 2006 representam corretamente a condição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, não tendo havido até a data desta Escritura de Emissão, qualquer alteração

relevante (exceto se expressamente mencionada nos Prospectos) nas informações financeiras e patrimoniais da Emissora refletidas nas demonstrações financeiras relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2006 então encerrado;

- (i) os Prospectos conterão em suas respectivas datas todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, relativamente à Oferta, às Debêntures, à Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborados de acordo com as normas pertinentes;
- (j) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos, que digam respeito exclusivamente à Emissora e às suas Subsidiárias serão dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias materiais e relevantes que possam afetá-las e com base em suposições razoáveis;
- (k) não há fatos relativos à Emissora ou cada uma das suas Subsidiárias, não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que qualquer declaração relevante constante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica, e afete de maneira adversa a Emissora e/ou a Emissão;
- (l) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, nas suas respectivas datas e na data de assinatura desta Escritura de Emissão não há (e na Data de Liquidação não haverá) nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, de conhecimento da Emissora ou de cada uma de suas Subsidiárias, que possa causar Efeito Adverso Relevante; e
- (m) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, no que se refere exclusivamente à Emissora.

#### CLÁUSULA IX NOTIFICAÇÕES

- 9.1 Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

NET Serviços de Comunicação S.A.

Rua Verbo Divino 1356, 1º andar

04719-002 São Paulo, SP

Telefone: (11) 2111-2785

Fac-símile: (11) 2111-2780

Att.: Sr. Leonardo Porciúncula Gomes Pereira

E-mail: leonardo.pereira@netservicos.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. DTVM

Avenida das Américas 4.200, bloco 04, sala 514

22640-102 Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Att.: Sr. Maurício da Costa Ribeiro

E-mail: mribeiro@pentagonotruster.com.br

- 9.2 Os documentos e as comunicações serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações efetuadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo expedido pelo equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.
- 9.3 Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços mencionados na Cláusula 9.1 acima em até 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

#### CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos ou faculdades ou constituirá uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal

inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

- 10.2 Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.
- 10.3 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 10.4 Esta Escritura de Emissão constitui o único e integral negócio entre as Partes, com relação ao negócio nela previsto.
- 10.5 As palavras e os termos constantes desta Escritura de Emissão, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira ou não, que, eventualmente, durante a vigência da presente proposta, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.
- 10.6 As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.
- 10.7 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão."

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo.

São Paulo, 18 de dezembro de 2006.

(As assinaturas encontram-se nas páginas seguintes.)

TITULAR DA 6ª EMISSÃO  
 S EM AÇÕES, EM SÉRIE  
 DA NET SERVIÇOS DE CO

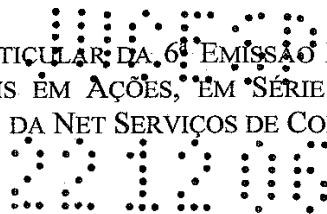
Howard R. Price

...NICAÇÃO S.A.

*José Antonio G. F.*

**José Antonio G. Felix**  
CPF: 140.448.620-87

PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA  
ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM PREFERÊNCIA, DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO  
S.A. – PÁGINA DE ASSINATURAS.

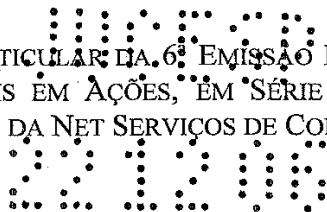


  
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
MARCELO DA COSTA RIBEIRO - PROCURADOR





PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA  
ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM PREFERÊNCIA, DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO  
S.A. – PÁGINA DE ASSINATURAS.



Testemunhas:

*Carolina m Alvarado*

Nome:

Id.:

CPF/MF:

Carolina Mendes Alvarado

RG: 34.744.067-8 - SSP-SP

CPF: 298.046.628-09

Nome:

Id.:

CPF/MF: José Teotonio da Silva  
OAB/RJ 93.101

